

MULHERES RURAIS E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL*

Viviane de Oliveira Barbosa**

RESUMO: Este artigo aborda experiências de mulheres rurais no Brasil e na África do Sul, especificamente no estado do Maranhão e na província de KwaZulu-Natal. O texto trata das condições históricas e sociais que possibilitaram a constituição do *Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)*, no Maranhão, e do *Rural Women's Movement (RWM)*, em KwaZulu-Natal. Esses movimentos constituem organizações de mulheres das áreas rurais na luta por políticas públicas para a melhoria de suas condições sociais. Nesse sentido, discorre-se sobre questões agrárias, modelos e mecanismos de exclusão e de organização social, e relações de gênero envolvendo mulheres rurais brasileiras e sul-africanas.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Lutas Sociais. Maranhão/Kwazulu-Natal.

ABSTRACT: This article discusses the experiences of rural women in Brazil and South Africa, specifically in the State of Maranhão and province of KwaZulu-Natal. The text deals with the historical and social conditions that permitted the constitution of the Inter-State Movement of Babassu Coconut Breakers (*Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB*), in Maranhão and the Rural Women's Movement (RWM) in KwaZulu-Natal. These movements comprise rural women's organizations that fight for public policies to improve their social conditions. The article considers agrarian issues, models and mechanisms of exclusion and social organization and gender relations involving rural Brazilian and South African women in this context.

Keywords: Rural Women. Social Struggles. Maranhão/Kwazulu-Natal.

INTRODUÇÃO

"I am rural, I am poor, I am black, and, of course, I am a woman", afirmou Sizani Ngubane, atual diretora do *Rural Women's*

* Artigo baseado em pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) da Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brazil), com o financiamento do SEPHIS através do projeto *Stories of Women in the MIQCB and the RWM: gender, identities, and agrarian issues in Brazil and South Africa (1970-2003)*.

** Professora de História do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre e Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: vivioliba@yahoo.com.br

Movement (RWM), movimento formado na África do Sul a partir de mais de 500 organizações comunitárias de mulheres e em parceria com outras instituições, sendo reconhecido oficialmente nos anos 1990¹. Ao mesmo tempo, há milhares de quilômetros da terra de Sizani, ecos similares aos seus poderiam ser ouvidos: “O nosso desafio é imenso. Primeiramente porque a gente é pobre; segundo, a gente é mulher; terceiro, a gente é negra. Ainda existe um portão que impede que gente como nós chegue a um lugar melhor”, afirma dona Maria de Jesus Bringelo, atual coordenadora e uma das fundadoras do *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB), organização de mulheres brasileiras também oficializada na década de 1990 e formada a partir de associações de mulheres, cooperativas de produção, e outras instituições².

O RWM e o MIQCB demonstram que mulheres rurais em movimentos organizados constituem uma realidade em diversos países, particularmente daqueles que vivenciaram experiências coloniais. De lugares marcados por histórias diferentes – a exemplo do Brasil e da África do Sul – nasceram organizações similares. Mulheres rurais brasileiras e sul-africanas têm enfrentado obstáculos semelhantes e dado respostas diferentes ou similares a eles. Seus respectivos países, especialmente as regiões onde seus movimentos atuam (Maranhão e KwaZulu-Natal), costumam aparecer na dianteira das listas que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano e os maiores indicadores de pobreza e desigualdade.

A configuração histórica dos dois países possibilita a comparação de experiências de sujeitos que vivem nesses dois contextos a partir de suas possíveis semelhanças, mas também de suas abissais diferenças. Afinal, existem duas condições para se estabelecer comparações: uma certa semelhança entre os fatos observados e uma certa dessemelhança entre os meios onde eles são produzidos³. Nesse sentido, a proposta é adentrar no universo vivencial de mulheres rurais brasileiras e sul-africanas e, na comparação entre o Maranhão e KwaZulu-Natal, abordar as especificidades nas experiências dos dois lados do Atlântico, demonstrando que as formas de atuação daquelas mulheres e os

¹ Para uma visão panorâmica do RWM, ver o site da própria organização: <http://www.rwmsa.org/>

² Para uma visão das agendas fundamentais do MIQCB, ver o site desse movimento: <http://www.miqcb.org.br/>

³ Ver a perspectiva de BLOCH (1963) para uma história comparada.

enfrentamentos dos quais foram agentes levaram à constituição de movimentos sociais com bandeiras de luta inspiradas por ideais que se comunicam nas agendas contemporâneas.

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES RURAIS NO MARANHÃO E EM KWAZULU-NATAL

No Maranhão há uma economia do babaçu⁴, na qual os principais sujeitos envolvidos são mulheres rurais. Atualmente há cerca de 400 mil famílias vivendo da economia extrativista. O extrativismo do babaçu, juntamente com a agricultura (principalmente a produção de arroz, mandioca e milho) é uma prática que caracteriza o meio rural maranhense durante todo o século XX, sendo realizada por homens e mulheres, de acordo com a época e com as circunstâncias. Historicamente, a quebra do coco babaçu é realizada principalmente por mulheres, mas dependendo do período e da região homens também quebram e comercializam o produto. Alguns registros apontam que a quebra do coco por homens já foi mais frequente⁵. Atualmente, o trabalho agrícola é, sobretudo nos discursos, atribuído ao sexo masculino; entretanto, na prática, as mulheres também praticam essa atividade.

Na década de 1960, o babaçu era considerado o “ouro pardo”, o “Eldorado do Maranhão”. Nesse mesmo período intensificaram-se os problemas de acesso a terra no estado, resultantes de diversos fatores, inclusive do processo de migração para o Maranhão que alcançou seu apogeu nos anos 1950-1960. Mas os conflitos de terra se aprofundaram com a implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969)⁶, que respaldava a privatização das terras públicas do estado e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais, excluindo famílias rurais do acesso a terra e ao recurso palmeira de babaçu. A

⁴ O babaçu é uma das mais representativas palmeiras brasileiras. As palmeiras de babaçu (*Orbignya phalerata*) no Maranhão somam 10,3 milhões de hectares e constituem uma vegetação secundária favorecida pelas sucessivas queimadas. Da palmeira de babaçu podem ser extraídos cerca de 68 subprodutos. A quebra do babaçu é destinada sobretudo para a comercialização da amêndoa, importante produto no mercado de cosméticos e indústrias de sabão.

⁵ Ver, por exemplo, ABREU (1929); GRUPO DE ESTUDOS DO BABAÇU (1959).

⁶ Também chamada de “Lei de Terras do Sarney”. O “Grupo Sarney”, também denominado de “oligarquia Sarney” ou “dinastia Sarney”, chega ao poder político do estado em 1966, ano em que José Sarney foi eleito Governador do Maranhão. Até hoje seus familiares e aliados têm ocupado os principais cargos políticos do estado. (COSTA, 1998; GONÇALVES, 2000).

partir dessa lei, projetos de implantação de monoculturas foram intensamente desenvolvidos no Maranhão, seguindo-se um forte processo de concentração fundiária, que originou conflitos pela posse de terras entre os "antigos ocupantes", majoritariamente afrodescendentes e indígenas, e os ditos proprietários.

Na província sul-africana de KwaZulu-Natal a questão da terra tem sido historicamente uma problemática que afeta a vida dos zulus. De fato, "a perda da posse da terra" foi "a base fundamental do regime colonial e do apartheid na África do Sul" (MNGXITAMA, 2002, p. 96). A separação e a desigualdade na experiência sul-africana predominaram desde que os colonos brancos ao assumirem o poder do país em meados do século XVII buscaram subjugar os habitantes originais (STONE, 2007, p. 17). Assim, a colonização europeia na África do Sul, iniciada no século XVII pelos holandeses e aprofundada no século XVIII pelos britânicos, logo se consolidaria no início do século XIX provocando conflitos por terra e por recursos naturais (LE ROUX, 2005, P. 236).

O aprofundamento de bases racistas e excludentes anteriores viriam com o regime de *apartheid* (1948-1994)⁷, das leis que regulavam e legislavam um dos sistemas mais violentos e repressores da história mundial contemporânea⁸. Sob o signo do Apartheid, os planos de reforma agrária na África do Sul relegaram um lugar desigual e excludente às diferentes comunidades não-brancas sul-africanas. Entre os zulus, os impactos foram a perda da posse da terra de origem e a violência cotidiana advinda dessa exclusão. Além da herança trazida com a Lei de Terras dos Nativos (1913) e outros códigos legislativos, a Lei das Áreas de Grupo (1950), estabeleceu a separação espacial das categorias raciais no que concerne às áreas residenciais. Foram construídos os "bairros étnicos" ou "bantustões" (JONGE, 1991, p. 12).

A documentação oficial demonstra que as remoções de comunidades negras de suas terras ancestrais⁹ foram comuns

⁷ Embora o Apartheid, enquanto instituição oficial, só se estruture nos anos 1940, as principais leis e códigos característicos desse sistema já se faziam presentes pelo menos desde os anos 1910-20. (CELL, 1982)

⁸ Eram diversas as leis que regulavam as ações dos indivíduos sul-africanos, todas elas tinham bases segregacionistas. A Lei de Registro da População, de 1950, por exemplo, classificava a população em grupos raciais. Em 1960, a população passaria a ser classificada entre brancos, *coloureds*, asiáticos (principalmente indianos) e negros. Essa divisão ainda é presente, embora a proposta pós-apartheid seja a de democracia não-racializada.

⁹ As terras de origem tem significado simbólico profundo para comunidades rurais da África do Sul. Entre os zulus elas simbolizam a relação com os seus antepassados, o contato sagrado entre os habitantes e seus ancestrais. As demandas por terras no

durante o período. Os termos utilizados pelos governantes variavam entre “remover”, “eliminar” ou “renovar” “manchas negras de áreas agricultáveis do país”, como apontam alguns documentos:

THE CHIEF BANTU AFFAIRS COMMISSIONER:
NATAL (BANTU AREAS),
PIETERMARITZBURG

REMOVAL OF BLACK SPOTS: REMAINDER OF “THE SWAMP” NO. 5741
AND REMAINDER OF LARANCE

1. The Farmers' Associations of the Underberg district have expressed their concern at the Department's failure to eliminate these “black spots”.
2. My file (15) N2/10/3/6 [...] was returned to you on 15th October, 1971 as it appeared that these properties have been expropriated and that it is now necessary for you to allocate acceptable compensatory land for the former landowner, and indicate an area where the other Bantu residents may be settled. Information at my disposal indicates that approximately 100 families are involved. [...] (THE CHIEF BANTU, PRIVATE BAG X4302, 15/02/1972).

Elimination of Black Spots

At a meeting held on 30 th. June, 1959, your request for recommendations for compensating land was discussed. Members pointed out that land in the vicinity of the Trust Farm Franchay West had in the past been offered to the Native Trust, but had not been taken up. (THE CHIEF BANTU, OFFICE, P.O GLENSIDE, 01/07/1959).

Portanto, observa-se que historicamente as políticas econômicas estatais dirigidas ao campo brasileiro e sul-africano, guiadas por economistas, empresários e governantes, foram acompanhadas pela obliteração simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos sujeitos sociais do campo.

O Brasil vivia uma repressão militar instaurada em 1964 através de um golpe e que só chegou ao fim em 1985, momento de abertura política ou da chamada redemocratização do país. O regime militar foi caracterizado pela ausência de voto direto e secreto para eleger os representantes, pela hegemonia de generais do exército na presidência, pela perseguição e repressão política a opositores ao regime (ROLLEMBERG, 2003). Nas áreas rurais, a revolta popular se espalhava pela violência crescente e a falta de cidadania. O descaso do governo não foi menor com a população

país foram também embasadas pela necessidade que os grupos tinham de garantir o enterro de seus parentes e as visitas ao túmulo dos já falecidos.

do campo, especialmente quando se considera as políticas de desenvolvimento que tomavam o rural, recorrentemente visto como lugar de atraso, incompetência e inferioridade, como contraponto ao urbano e ao seu progresso.

Diante desse quadro é que, na segunda metade do século XX, mulheres que praticavam o extrativismo do babaçu e a agricultura no Maranhão estiveram diretamente envolvidas em conflitos pela posse das terras e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu. Em algumas localidades, a reivindicação do trabalho extrativista motivou a luta pela terra (ANDRADE, 2004, 2005).

O processo histórico de luta pelo acesso e direito a terra e aos recursos naturais no Maranhão foi interpretado pelos sujeitos que viviam no campo a partir de suas próprias perspectivas, criando categorias próprias para rememorar suas experiências, isto é, o tempo e a história foram reelaborados desde suas experiências cotidianas de vida. As memórias das *quebradeiras de coco* sobre os conflitos com fazendeiros e seus empregados se reportam à oposição entre as noções de “tempo do coco preso” e “tempo do coco liberto”. O tempo do coco preso se remete ao período em que as famílias viram cercadas as terras em que habitavam somada à impossibilidade de coletar o coco babaçu. A noção de “tempo do coco liberto” se remete ao tempo anterior aos conflitos quando o coco ainda era acessado pelos trabalhadores agroextrativistas e havia terras para o cultivo agrícola.

Os conflitos narrados por *quebradeiras de coco* são também marcadamente atravessados por relações de gênero. As mulheres são protagonistas de lutas contra homens, a ameaça ao babaçual e à sobrevivência dos trabalhadores rurais é quase sempre atribuída a uma figura masculina – o fazendeiro/grileiro, o jagunço/capataz.

A participação de *quebradeiras de coco* contra investidas de fazendeiros e/ou grileiros contribuiu para que obtivessem maior atuação político-organizativa em seus povoados e para que algumas delas se organizassem extralocalmente (ALMEIDA, 1995, p. 19). A organização se deu em fins da década de 1980 e início dos anos 90, período de intensos conflitos rurais no estado.

O MIQCB foi composto a partir de articulações entre associações, clubes de mães da Igreja Católica, grupos de mulheres e cooperativas na luta pelo livre acesso e preservação de babaçuais, pela garantia de terras, por políticas públicas voltadas para o extrativismo e a agricultura familiar, e pela equidade de gênero e étnico-racial. Os atuais projetos das *quebradeiras de coco* envolvem o beneficiamento integral do babaçu. Sob a

bandeira *Babaçu Livre* e através do uso sustentável da palmeira de babaçu, elas produzem sabonete, óleo e azeite, carvão, farinha para bolos e mingaus, embalagens recicláveis, e artesanatos e bijuterias diversos.

Foi também no início dos anos 1980, através da mobilização de mulheres que perderam suas terras "ancestrais" por ocasião do apartheid que se organizou o RWM. Na província de KwaZulu-Natal, o processo de exclusão da terra se deu de modo particular. Reivindicações pelo acesso a terra e por políticas voltadas para o uso sustentável de recursos naturais constituíram as principais características das mobilizações. Nas décadas de 1970 e 1980, houve levantes generalizados contra o sistema por toda a África do Sul.

Tanto no Maranhão como em KwaZulu-Natal os conflitos rurais se aprofundariam nos anos 1970-80, sendo marcados por violências similares dos dois lados do Atlântico. Nesses conflitos, quando mortes, espancamentos e estupros eram comuns, a dimensão do gênero das relações sociais parece ter tido implicações e significados profundos.

A exclusão das mulheres de planos estatais de reforma agrária e as interfaces destes planos com práticas locais produziram, na África do Sul e no Brasil, uma situação na qual às mulheres era negado o direito à certidão da terra. No Maranhão, esta situação era comum até os anos 1990, quando, em sua maioria, os títulos de terras eram dados somente aos homens. Na África do Sul, mesmo pós-apartheid, esses problemas ainda persistem. Em algumas análises e mesmo nos relatórios produzidos pelo RWM é possível observar a tentativa de exclusão de mulheres rurais da participação de conselhos sul-africanos, instituições estas majoritariamente masculinas; textos enfocando casos de expulsão de mulheres das suas terras por parentes de seus maridos/companheiros, e a violência doméstica sofrida por algumas delas antes e mesmo depois da implantação da Constituição Sul-Africana de 1996¹⁰.

Algumas questões similares são fundamentais nas pautas do MIQCB e do RWM, como o empoderamento das mulheres e sua independência econômica e política face aos parentes e maridos/companheiros, sobre a preocupação com a saúde, e o combate à violência doméstica. Atos de violência foram comuns entre mulheres do MIQCB e do RWM, especialmente quando elas passaram a fazer uso do espaço público e neste espaço

¹⁰ Ver, dentre outros trabalhos, MEINTJES (1996), WALKER (1998); WAYLEN (2004).

reivindicarem direitos. Através da realização de entrevistas e do trabalho de memórias¹¹ é possível constatar que *quebradeiras de coco* sofreram violências diversas, inclusive física, por parte de seus cônjuges quando começaram a participar de encontros/grupo de mulheres no Maranhão. Mulheres sul-africanas também foram violentadas por seus maridos ou deslegitimadas em suas comunidades quando passaram a discutir a importância de opinarem publicamente. Ainda hoje, há mulheres maranhenses e zulus que sofrem violência doméstica em diversos níveis.

Na África do Sul, a feminização do vírus da AIDS tem sido uma problemática bastante discutida devido ao aumento massivo de pessoas infectadas pelo HIV¹². Nesta vasta lista, as mulheres figuram em grande número. Outro grande problema tem sido a expulsão de mulheres rurais de suas casas, especialmente quando da morte de seus maridos. Em alguns casos, elas são obrigadas a casarem-se pela segunda vez (com o cunhado) e essa obrigação muitas vezes inclui o estupro forçado como elemento de consumação do segundo casamento.

MULHERES EM MOVIMENTO: ORGANIZAÇÕES RURAIS NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL

Em processos de disputas políticas e socioculturais, que envolvem afirmação de identidades, lutas por direitos e inevitáveis confrontos sociais podem emergir insurreições, mobilizações localizadas, ou mesmo movimentos sociais capazes de aprofundarem suas demandas e se consolidarem como organizações expressivas local e nacionalmente. Este é certamente o caso do *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB) e do *Rural Women's Movement* (RWM), que, na década de 1990, se consolidariam e passariam a ser reconhecidos,

¹¹ As memórias individuais estão organizadas socialmente. A experiência humana incorpora vivências próprias, porém também as de outros a quem ela tem sido transmitida. O passado então pode condensar-se ou expandir-se, segundo como essas experiências passadas sejam incorporadas (JELIN, 2002, p.13).

¹² Segundo relatórios do RWM, a violência sexual antes da Constituição de 1996 era recorrente e tinha relação com a infecção de mulheres rurais pelo HIV/AIDS. Mulheres do movimento afirmam que a prática de alguns homens que estupravam mulheres para consumarem o casamento contribuiu para a feminização da doença. De fato, no pós-apartheid, a AIDS se impôs como um grande problema na África do Sul, e KwaZulu-Natal apresenta um dos maiores índices de contaminação pelo vírus (POSEL, 2006).

respectivamente, como organizações de mulheres rurais brasileiras e sul-africanas.

Relacionados a conjunturas políticas e econômicas, sociais e culturais do último quartel do século XX, o MIQCB e o RWM emergiram num momento em que os setores mais rurais do Brasil e da África do Sul caminhavam para novas alternativas de sobrevivência. Neste processo, questões sociais, raciais e de gênero, além dos desafios ambientais, foram articulados local, nacional e globalmente. Desse modo, pode-se dizer que o MIQCB constitui um “novo movimento social” (HOBBSAWM, 1995, p. 46), cujas características seriam a defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero. Não em dissonância, o RWM tem desde o início se afirmado como uma instituição sem fins lucrativos que atua nos nove distritos da província de KwaZulu-Natal, incorporando as experiências de mulheres rurais que lutam pelo acesso a terra e por políticas voltadas para o uso sustentável de recursos naturais.

No estado do Maranhão, mulheres rurais começam a se autodefinir como *quebradeiras de coco* a partir dos anos 1990, positivando uma identidade que geralmente vinha sendo historicamente negatizada. É comum que os novos movimentos sociais rurais contemporâneos se afirmem não mais a partir de critérios políticos amparados em termos como camponês, haja vista que os termos locais são politizados e os sujeitos passam a adotar como designação coletiva as denominações que utilizam para se definir e pelas quais são definidos cotidianamente (ALMEIDA, 2006, p. 62).

Nessa perspectiva, as dinâmicas de organizações como o MIQCB e o RWM se relacionam às redes sociais que envolvem seus membros. Assim, as identidades de suas participantes são acionadas durante conflitos coletivos num campo de compreensões partilhadas. Mas a existência de situações compartilhadas não implica a ausência de conflitos ou desentendimentos no interior dessas organizações. O MIQCB e o RWM constituem movimentos historicamente construídos enquanto organizações de mulheres rurais, algo que supostamente unificaria diferentes agentes sociais num único corpo. Entretanto, esses dois movimentos não podem ser vistos como espaços homogêneos. Observa-se, por exemplo, que as mulheres estão posicionadas desigualmente dentro de suas organizações. Algumas delas, as lideranças, estão mais próximas das redes políticas nacionais e internacionais, ao passo que outras continuam mais ligadas às suas comunidades rurais locais, com pouca oportunidade de atuação

fora destes espaços, e no contexto da organização institucional dos movimentos, significativamente dependentes de suas líderes.

As lideranças do MIQCB e do RWM, principalmente as coordenadoras gerais, estão de algum modo mais relacionadas às questões políticas que envolvem suas organizações. Sem dúvida, o papel das lideranças nos dois movimentos é significativo. Entretanto, de modo geral, no MIQCB a ideia de liderança está muito mais difusa em uma coletividade do que no RWM. Entre mulheres deste movimento a preeminência de uma liderança é evidente. A liderança centrada na figura da coordenadora geral do RWM é indispensável na articulação e sobrevivência da organização. Entre as quebradeiras de coco do MIQCB, a divisão/coletivização nas iniciativas e decisões propostas pelo movimento é aparentemente mais presente.

Desse modo, embora não seja possível afirmar, a diferença da experiência sul-africana para a brasileira talvez esteja em um fator cultural e político. Historicamente, é comum entre as comunidades rurais sul-africanas a existência de uma liderança tradicional geralmente representada por uma figura masculina como um rei ou um chefe local¹³. Quando as mulheres vinculadas ao RWM começaram a reivindicar um lugar na política, as referências que elas tinham partiam dessa experiência concreta de unidade. Embora mulheres rurais sul-africanas passassem a demandar lugares de atuação nos conselhos locais, onde elas nem tinham poder de participação quanto menos de decisão, sua representação continuou focada em um protagonismo individual nas comissões, conselhos e órgãos do governo.

Uma outra possível explicação para essa diferença, na qual o RWM assume uma lógica de funcionamento em torno de um membro específico, parece estar relacionada à própria constituição desse movimento. Ao contrário do MIQCB, que teve sua base de formação no cotidiano das próprias trabalhadoras rurais, nas suas caminhadas em direção aos babaçuais, nas experiências coletivas de quebra do babaçu e durante os conflitos, o RWM desde seu início foi, pelo menos aparentemente, solidificado no plano organizacional/oficial. Isto não implica dizer que o RWM não seja fruto de experiências concretas de lutas, mobilizações e resistências, mas apenas reconhecer que a fundação desse movimento esteve muito mais próxima às interferências externas e a um caráter institucionalizado.

¹³ Entre os zulus, o rei geralmente simboliza poder e unidade. A sua importância permanece significativa no contexto sul-africano atual.

O RWM foi fundado como uma organização não-governamental, influenciada pela atuação de organismos internacionais, promotores de projetos sob o lema da igualdade social, étnica e de gênero, da sustentabilidade e da cidadania. O RWM foi formado em relação a políticas internacionais de desenvolvimento e tem realizado projetos diretamente apoiados por universidades e instituições estadunidenses e europeias¹⁴.

A consolidação do MIQCB consiste numa ação política e numa crítica aberta ao caráter predominantemente masculino dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nos quais as mulheres eram subrepresentadas. No início do século XXI, os sindicatos tiveram uma maior abertura à participação de mulheres e passaram a ser denominados Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Entretanto, as conquistas públicas das quebradeiras de coco não necessariamente acompanham transformações nas relações familiares, na esfera do privado ou do doméstico. Há mulheres que são verdadeiras lideranças no espaço público, mas são esposas desempoderadas no âmbito doméstico (ANTUNES, 2006).

O MIQCB é constituído por seis regionais localizadas em diferentes estados brasileiros. No estado do Maranhão estão localizadas três dessas regionais, das quais aproximadamente 300 mulheres rurais são sócias¹⁵. O RWM é composto por cerca de 2 mil mulheres no total, das quais somente 500 participam mais ativamente. Ambos os movimentos se projetaram para além das fronteiras geográficas oficiais, rompendo com fronteiras regionais e étnicas, se pensaram a partir do espaço rural e se fundamentaram em critérios de gênero, étnico-raciais e de classe.

Como se observa as aproximações entre as dinâmicas de atuação do MIQCB e do RWM são evidentes. Dificilmente os movimentos sociais se encontram isolados, sem nenhum contato com outras organizações. Percebem-se claramente as relações de outras organizações com o MIQCB, como a Associação do Movimento de Trabalhadoras Rurais (AMTR) e a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA). O RWM se conecta ao *National Movement of Rural Women* (NMRW) e à

¹⁴ A Universidade de Michigan, por exemplo, mantém projetos de colaboração com o RWM. Durante o período em que eu estive desenvolvendo pesquisa de campo na África do Sul, numa primeira etapa em 2009, o RWM recebeu a visita de um grupo de estudantes daquela universidade e organizou uma semana de atividades para esses estudantes, tais como apresentação dos projetos do movimento e visita a outras instituições parceiras.

¹⁵ No Maranhão, as regionais do MIQCB se concentram nas microrregiões Tocantina, do Médio Mearim, e da Baixada Maranhense.

Association For Rural Advancement (AFRA). Interessante notar que a AMTR (no Brasil) e o NMRW e a AFRA (na África do Sul) são organizações que se constituíram antes das fundações do MIQCB e do RWM e que, de algum modo, impulsionaram o surgimento destes dois movimentos sociais.

A relação de quebradeiras de coco com cargos político-institucionais, como o de vereadoras (a exemplo de Maria Aláides e Maria Nice, eleitas pelo Partido dos Trabalhadores), e o desenvolvimento de projetos como o Grupo de Trabalho do Babaçu (fomentado pelo Governo Federal desde 2002) com a participação de lideranças do MIQCB mostram que *quebradeiras de coco* estão num campo de constante negociação com as estruturas de poder, construindo oportunidades e beneficiando-se das situações de acesso que lhes são dadas.

Também mulheres rurais sul-africanas estabelecem relações com o Governo de seu país, atuando nos conselhos locais, em comitês e departamentos importantes na África do Sul, como o *Department of Land Affairs*. Na documentação escrita sobre o RWM, é possível identificar a forte relação entre o movimento e o *African National Congress* (ANC), partido político sul-africano ao qual pertencia o primeiro presidente da África do Sul (Nelson Mandela) e está vinculado o atual presidente sul-africano (Jacob Zuma). Essa relação com o ANC é geralmente negada ou obliterada pelas lideranças do movimento. Então, se por um lado, *quebradeiras de coco* ressaltam a importância do apoio dado por membros do Partido dos Trabalhadores (PT) durante os conflitos rurais no Brasil, as lideranças do RWM tendem a negar possíveis relações com políticas partidárias, relações que parecem se configurar desde a gestação do movimento. De qualquer modo, a *ANC Women's League* jogou um papel central no processo de abertura política do país no que tange aos direitos das mulheres e tem tido atuação importante junto a mulheres nas áreas rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se durante a ditadura militar os projetos para o setor agrário brasileiro beneficiavam os grandes latifundiários e excluía os trabalhadores do campo, nos anos 1980 e 1990, durante a reabertura política, o Estado negava às mulheres o direito à certidão da terra. Muitas mulheres organizadas em movimento hoje afirmam terem em seu nome o título da terra por muito tempo destinado apenas aos homens rurais. Embates desse tipo já se davam em fins da década de 1980 quando um número pouco

significativo delas participava dos Sindicatos ainda como dependente de seus maridos, não podendo ter sua carteira oficial de associada.

No caso de trabalhadoras rurais sul-africanas, inclusive de muitas daquelas que atuam no RWM, o acesso a terra também foi historicamente dificultado pelas práticas costumeiras, que reforçam a patrilinearidade na herança. Assim, o processo de exclusão agrária dessas mulheres é duplo. A questão da herança (direito a terra, bens e propriedade) ainda constitui uma problemática muito discutida durante reuniões entre diversas organizações africanas de diferentes países (COHRE, 2005).

Certo é que conflitos, tensões e negociações tecidos em torno das relações de gênero são elementos estruturantes da constituição do MIQCB e do RWM. Não à toa, as identidades de quebradeiras de coco e de mulheres rurais sul-africanas se relacionam diretamente com os múltiplos usos e enfrentamentos do gênero, especialmente nas suas relações com seus maridos e companheiros.

Há certamente outras dificuldades enfrentadas por essas mulheres que se relacionam à pobreza, às necessidades básicas de subsistência. Em KwaZulu-Natal a falta de solo favorável e de água são os principais problemas que entravam a produção agrícola e, portanto, o desenvolvimento econômico das mulheres no meio rural. No Maranhão, embora não se tenha maiores dificuldades para a produção em pequena escala, o entrave se dá no tocante à produção e comercialização dos produtos em larga escala, especialmente pela falta de equipamentos compatíveis com a realidade das trabalhadoras rurais e pela inexistência de autorização para a venda de seus produtos em um mercado com maior circulação. Contudo, não obstante as dificuldades, essas mulheres têm demonstrado sua capacidade em elaborar estratégias e organizar-se de maneira ousada, inteligente e criativa.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. F. *O côco babassú e o problema do combustível*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Estação Experimental de Combustíveis e Minerios, 1929.

ALMEIDA, Alfredo W. *Quebradeiras de côco babaçu – identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)*. São Luís: MIQCB, 1995.

_____. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ANDRADE, Maristela. Mutirões, empates e greves – Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Revue Lusotopie*, XII (1-2), 2005, p. 175-189.

_____; FIGUEIREDO, Luciene. *Na lei e na marra - A luta pelo livre acesso aos babaçuais*. São Luís: Projeto Olhar Crítico. ActionAid do Brasil, 2004. Mimeografado

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In.: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.) *Margarida Alves –Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA/PEPIGRE, 2006.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée de sociétés européennes. *Mélanges Historiques*, Paris, EHESS, t. 1, 1963. p. 16-40.

CELL, John. *The Origins of Segregation in South Africa and the American South*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS (COHRE). *A place to live. Women's Inheritance Rights in Africa*. 2005.

COSTA, Wagner. *Do Maranhão Novo ao Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luís, 1998. Mimeografado.

GONÇALVES, Fátima. *A Invenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: EDUFMA; PROIN-CS, 2000.

GRUPO DE ESTUDO DO BABAÇU. *Babaçu. Estudo Técnico Econômico. Relatório do G.E.B.* Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura; CNEPA-SNPA, 1959.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

JONGE, Klass de. *África do Sul: apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez/EBOH, 1991.

LE ROUX, Len. The Post-apartheid South African military: Transforming with the nation". In.: RUPIYA, Martin (Ed.). *Evolutions & Revolutions. A Contemporary History of Militaries in Southern Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2005, p. 235-268.

MEINTJES, Sheila. The Women's Struggle for Equality During South Africa's Transition to Democracy. *Transformation*, 30, 1996, p. 54.

MNGXITAMA, Andile. Fim do apartheid, mas não da pobreza. *Observatório da Cidadania*, 2002. Disponível em: http://www.socialwatch.org/es/informelmpreso/pdfs/africadosul2002_bra.pdf. Acessado em setembro de 2010.

POSEL, Deborah. A controvérsia sobre a AIDS na África do Sul: marcas da política de vida e morte no pós-apartheid. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 39-66, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

STONE, Judith. *Retrato em preto e branco: a história verídica de uma família dividida por problemas raciais*. São Paulo: Landscape, 2008.

THE CHIEF BANTU AFFAIRS COMMISSIONER. *Removal of black spots: remainder of "the swamp" no. 5741 and remainder of larence*. CHIEF BANTU, PRIVATE BAG X4302, 15/02/1972.

THE CHIEF BANTU AFFAIRS COMMISSIONER. *Elimination of Black Spots*. OFFICE, P.O GLENSIDE, 01/07/1959

WALKER, Cheryl. *Land Reform and Gender in Post-Apartheid South Africa* (Report). UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT (UNRISD), 98, October 1998.

WAYLEN, Georgina. *What can the South African transition tell us about gender and democratization?* Centre for Advancement of Women in Politics/School of Politics, Queens University Belfast. Occasional paper 9, september, 2004.